Judiciário Notícias

Edição julho/agosto de 2010 - www.tjce.jus.br - imprensa@tjce.jus.br

Irailton Menezes/TJCE

Juízes das Varas da Fazenda Pública começam a proferir sentença por meio virtual

Desde o dia 12 de julho, as nove Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza estão recebendo novos processos por meio virtual. Em um mês, foram 460 ações distribuídas através do Sistema de Automação da Justiça (SAJ), software implantado pelo Poder Judiciário cearense para a gestão dos autos eletrônicos. Os juízes consideram que o processo virtual traz inegável avanço à prestação jurisdicional, proporcionando inquestionável benefício. Pág. 4

Governador do Estado, Cid Gomes, visita central de digitalização dos processos do Judiciário.

Pág. 5

Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores do Judiciário é publicado no Diário Oficial do Estado.

Pág. 3

A Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Ceará faz levantamento sobre situação de crianças em acolhimento.

Pág. 3

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza divulga ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2010.

Pág. 7

CELERIDADE

Quase três mil processos já foram julgados pelo Grupo de Auxílio

O Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais da Comarca de Fortaleza chega aos seis primeiros meses de trabalho com 2.777 decisões proferidas. Instituído em fevereiro deste ano, o Grupo tem buscado solucionar as ações pendentes de julgamento em diversas varas do Fórum Clóvis Beviláqua.

Nesse período, o projeto realizou mutirões com ações de investigação de paternidade, multas de trânsito e interdições. Além disso, auxiliou a 1ª, 5ª, 12ª, 18ª e 30ª Vara Cível. Somente na 1ª e na 30ª – as pioneiras no trabalho – foram proferidas 668 sentenças e efetuados 1.486 despachos e 11.904 expedientes.

Agora, a força-tarefa prepara-se para chegar à 2ª Vara Cível. "O trabalho do Grupo traz a possibilidade de sanarmos essa demanda que temos nas varas", observa o juiz Fernando Cézar Barbosa de Souza, titular da unidade, onde estão sendo levantados o número de processos que entrarão na pauta de julgamento. A expectativa é distribuir cerca de 350 ações.

O magistrado e outros cinco juízes titulares aderiram ao Grupo – inicialmente composto somente por juízes auxiliares – por acreditarem que o projeto pode reduzir a "demanda reprimida" nas unidades judiciárias. Segundo ele, o fato de adicionar processos de outras varas às suas ações, não causa prejuízo, uma vez que, futuramente, esse reforço será dado às peças que tramitam na sua unidade.

Juízes se empenham para reduzir congestionamento de processos

Com a adesão dos titulares, chegou a 17 o número de juízes na equipe, que reúne também 32 servidores. O coordenador do Grupo, juiz Francisco Bezerra Cavalcante, explica que as varas cujos titulares participam da equipe estão ganhando preferência no atendimento. A prioridade será de quem tiver maior número de processos à espera de decisão.

"O objetivo é fazer com que todos os juízes das Varas Cíveis participem desse 'mutirão de solidariedade'. É um modelo que eu considero padrão", ressaltou.

O trabalho começa a repercutir fora do Estado. Recentemente, o TJCE foi procurado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, que mostrou interesse em conhecer melhor o trabalho realizado pela equipe.

Ainda de acordo com o coordenador, o Grupo passará a contribuir também com o Projeto de Virtualização. Quando o programa chegar às Varas de Família, parte dos servidores do Grupo será disponibilizada para auxiliar na preparação dos processos que seguirão para a central de digitalização.

METAS

Comarcas intensificam trabalhos para cumprir metas do Conselho Nacional de Justiça

O Juizado Especial Cível e Criminal (JECC) da Comarca de Maracanaú cumpriu, na última semana de julho, a Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), julgando todos os processos cíveis e criminais distribuídos até 31 de dezembro de 2006.

Além disso, a unidade judiciária finalizou as audiências envolvendo ações físicas e já começou a trabalhar na Meta 3 do CNJ, que estabelece a redução de pelo menos 10% no número de processos em fase de execução, até o fim deste ano.

As ações de execução, segundo o titular da unidade, juiz Fernando Teles, envolvem empresas e instituições financeiras condenadas a pagar indenização pela má prestação de serviços ou por protestar títulos indevidamente.

Na opinião do magistrado, as metas estipuladas pelo Conselho são importantes porque combatem o congestionamento de ações. "Essa iniciativa é extremamente positiva porque faz com que a Justiça do Estado se engaje ainda mais nesse grande mutirão de combate ao congestionamento processual. O maior beneficiado, sem dúvida, é a população, principal destinatária de nossos serviços".

Chorozinho e Ocara

As Comarcas de Chorozinho e Ocara, distantes 64 e 95 km de Fortaleza, respectivamente, também estão empenhadas no cumprimento da Meta 2 do CNJ. Até o fim deste ano, todos os processos envolvendo crimes de homicídio que estão conclusos devem ser julgados.

Até o momento, foram realizadas mais da metade das 14 sessões de julgamento previstas até o fim do ano em Chorozinho. Já em Ocara, devem ser realizadas 11 sessões do Tribunal do Júri, a última delas marcada para o dia 11 de novembro de 2010.

BENEFÍCIO

PCCR dos servidores do Judiciário é publicado no Diário Oficial do Estado

A lei nº 14.786, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores do Poder Judiciário do Ceará, foi publicada no Diário Oficial do Estado do dia 17 de agosto. O servidor tem 60 dias para optar ou não pela implantação do Plano.

Elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o PCCR do Judiciário cearense é o primeiro plano de cargos da administração pública estadual que reúne condições técnicas e amplia as perspectivas de crescimento profissional dos servidores.

Segundo o presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, a implantação do plano representará aumento salarial de 1,15% a 98,37%, beneficiando mais de 93% do quadro de servidores. Aqueles que não terão aumento (227 de um total de 3.196) também não sofrerão decesso nos seus vencimentos mensais.

Entre as mudanças trazidas pelo PCCR está a redenominação das funções atualmente existentes no Judiciário estadual. Os cargos ficam agora divididos em Analista Judiciário, na carreira de nível superior, Técnico Judiciário, de nível médio, e Auxiliar Judiciário, de nível fundamental.

Convocação de candidatos

Com a publicação do PCCR, o TJCE convocará mais 200 candidatos aprovados no último concurso público, realizado em 2008. Desse total, 75 são para o cargo de Analista Judiciário, 75 para o de Oficial de Justiça e 50 para o de Técnico Judiciário.

Os novos servidores serão lotados, inicialmente, no Interior do Estado. O concurso, homologado pelo Pleno do TJCE em 13 de agosto de 2009, foi organizado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB). O prazo de validade do certame é até 2011.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Coordenadoria verifica situação de crianças e adolescentes em acolhimento

A Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) está promovendo audiências concentradas nas unidades de acolhimento institucional e familiar do Estado. O objetivo da mobilização é verificar a situação pessoal e processual de cada criança ou adolescente acolhido, cumprindo, assim, determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O coordenador da CIJ, desembargador Francisco Gurgel Holanda, informou que durante as audiências estão sendo analisadas as condições físicas das unidades, os equipamentos e a justificativa para a permanência da criança ou adolescente nas respectivas instituições. "Verificaremos, também, quantas crianças e adolescentes permanecem na condição de acolhido há mais de dois anos e qual o tratamento recebido".

Reunião no TJCE contou com a participação de 25 entidades parceiras

Até o final de outubro deste ano, a Coordenadoria deverá visitar 25 unidades de Fortaleza. Já foram feitas audiências nas seguintes instituições: Casa de Jeremias, no Papicu; Missão Vida em Foco e na Casa da Criança, localizadas no Vila União; Santa Giana Beretta, Casa de Abrigo Renascer e Recanto da Luz, situadas, respectivamente, nos bairros de Fátima e São João do Tauape.

O Corregedor Geral da Justiça do Ceará, desembargador João Byron de Figueiredo Frota, já encaminhou ofício aos juízes das Comarcas do Interior do Estado, onde existam unidades de acolhimento de crianças e adolescentes, a fim de que realizem audiências nas respectivas instituições.

VIRTUALIZAÇÃO

Varas da Fazenda Pública começam a receber primeiras ações por meio eletrônico

Processos eletrônicos representam celeridade

As nove Varas da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza estão recebendo, desde o dia 12 de julho, novos processos por meio virtual. Em um mês, foram 460 ações distribuídas através do Sistema de Automação da Justiça (SAJ), software implantado pelo Poder Judiciário cearense para a gestão dos autos eletrônicos.

As petições ainda são entregues em papel, e o setor de Distribuição do Fórum fica encarregado de digitalizar as páginas, além de cadastrar os dados processuais. Mas, segundo a juíza Jacinta Inamar Franco Mota, integrante do Grupo Gestor da Virtualização de 1º Grau, a partir de setembro os advogados já poderão peticionar diretamente pela via eletrônica.

Para isso, terão que realizar cadastro prévio, que irá gerar uma assinatura digital necessária para garantir a autenticidade dos documentos. "Essa assinatura é certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), reconhecida nacionalmente", afirma a magistrada.

Nos processos que deram entrada por meio eletrônico, já se pode perceber ganhos em celeridade. O juiz Francisco Eduardo Torquato Scorsafava, respondendo pela 4ª Vara da Fazenda Pública, proferiu a primeira sentença eletrônica do Judiciário cearense, em 3 de agosto deste ano, 20 dias após a ação ter sido distribuída para a unidade. "O novo meio agiliza a tramitação e as fases do processo. É, sem dúvida, uma nova era", afirmou.

O juiz Joaquim Vieira Cavalcante, respondendo pela 2ª Vara da Fazenda Pública, também prolatou sentença com menos de um mês após a propositura de um mandado de segurança. Ajuizado em 15 de julho, o processo teve acolhimento da liminar no dia seguinte e, em 13 de agosto, a sentença foi proferida. Segundo o magistrado, o sistema de virtualização traz "inegável avanço na eficiência da prestação jurisdicional, proporcionando aos jurisdicionados inquestionável benefício".

Além dos novos processos, que deram entrada por meio virtual, todo o acervo das varas, cerca de 46 mil ações, já foi digitalizado e irá retornar de forma eletrônica, por meio do SAJ. O Projeto de Virtualização está em andamento, também, nas Varas de Execuções Fiscais, de Execução Penal e de Família do Fórum Clóvis Beviláqua.

Central de digitalização é apresentada ao governador do Estado

A central de digitalização de processos do Poder Judiciário cearense foi apresentada ao governador do Estado, Cid Gomes, no último dia 28 de julho. A visita foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto, acompanhado de desembargadores e secretários do TJCE. Nessa central, as ações judiciais em papel estão sendo convertidas em arquivos digitais.

A medida faz parte da virtualização da Justiça estadual, que substitui o meio físico pelo eletrônico, proporcionando economia de recursos e mais agilidade na tramitação. A empresa responsável pela tarefa é a TCI - Business Process Outsourcing, vencedora da licitação para digitalizar 890 mil processos.

O presidente do TJCE afirmou que a modernização reflete a preocupação em cumprir os propósitos do Judiciário. "A virtualização dá a sociedade segurança jurídica. Indiscutivelmente, o Ceará começa a ser o paradigma do Judiciário mais evoluído, seguro, transparente e rápido. Estamos criando uma forma de prestação jurisdicional inaudita, para toda a civilização".

O governador Cid Gomes disse que a iniciativa é uma revolução silenciosa que vai trazer desdobramentos extraordinários para o Poder Judiciário e para a sociedade, com um sistema mais ágil e rápido. "É um grande passo e o Ceará se coloca na vanguarda dos Judiciários".

Agilidade

Os trabalhos de digitalização começaram pelos processos das Varas da Fazenda Pública, Varas de Execuções Fiscais e de Crimes Contra a Ordem Tributária e da Vara de Execução Penal e Corregedoria de Presídios da Comarca de Fortaleza.

Segundo Márcio Teschima, diretor de operações da TCI, 620 pessoas, divididas em três turnos, trabalham das 6h às 10h40 na linha de montagem. "São 20 máquinas com capacidade individual para digitalizar 130 páginas por minuto. Dos 60 mil processos enviados à central, 70% já foram convertidos eletronicamente".

O gerente de projetos da digitalização, Cristiano Henrique Lima de Carvalho, afirmou que 10% das 5 milhões e 800 mil imagens digitais já foram carregadas no data center do TJCE. O envio é feito, via link privado, de duas a três vezes por semana. Os dados estão sendo inseridos no Sistema de Automação da Justiça (SAJ).

As ações judiciais em papel são convertidas em arquivos digitais

VIRTUALIZAÇÃO

Vara de Execução Penal já tem 1/3 dos processos digitalizados

Considerada um dos maiores desafios da digitalização de processos, a Vara Única de Execução Penal e Corregedoria de Presídios (VEP) do Fórum Clóvis Beviláqua teve, em menos de um mês de trabalho, 1/3 do seu acervo cadastrado no sistema virtual e encaminhado à central de digitalização.

Os desafios, elencados pelos juízes que fazem parte do Grupo Gestor da Virtualização da Justiça de 1º Grau, vão da quantidade de processos em tramitação na unidade, aproximadamente 15 mil, às especificidades do cumprimento de penas, como progressão de regime, verificação de condenações anteriores e cálculo de penas com prazos, tipos e tempo de prisão de cada apenado.

Diante dessa realidade complexa, a digitalização do acervo teve que ser iniciada em duas frentes de trabalho. O primeiro passo é cadastrar as informações penais e de cumprimento das penas de cada ação no Sistema de Automação da Justiça (SAJ), novo programa de gestão processual. Em seguida, é feito o envio do acervo já cadastrado para a central de digitalização para que os processuais em papel sejam transformados em arquivos virtuais.

Para viabilizar o trabalho, o Poder Judiciário do Ceará formou um grupo de 60 servidores, com experiência na área criminal, e disponibilizou estrutura específica para o lacre e envio dos processos. Até o dia 12 de agosto, 5.293 processos haviam sido cadastrados no SAJ e quase 2.900 deles tinham sido enviados para a digitalização. Isso significa que 35,2% do acervo já estão cadastrados no sistema virtual.

A expectativa da coordenação é que, até o fim do ano, todo o acervo da VEP esteja virtualizado e que juízes e servidores já trabalhem com o sistema que trará mais celeridade, rigor e efetividade no cumprimentos de penas.

Um grupo de 60 servidores trabalhou na digitalização dos processos da VEP

Notas

Ascensões funcionais

Na atual gestão do Poder Judiciário do Ceará 5.129 servidores já foram contemplados com ascensão funcional nas modalidades promoção, antiguidade e desempenho. O número é refente aos três interstícios, compreendidos entre 2006 e 2009. Cada interstício tem um ano (1º de junho a 31 de maio).

As ascensões, previstas em lei, são regidas pela Resolução nº 07/2007, modificada pela Resolução nº 19/2007. São reservadas 30% das vagas para antiguidade, 30% para desempenho e de 10 a 15% para promoção. O contemplado tem aumento de 5% nos seus vencimentos.

Uma comissão, formada por três servidores, aplica as regras definidas pela resolução. A ascensão por desempenho, por exemplo, leva em consideração critérios como assiduidade, conclusão de cursos de graduação e pós-graduação, além de participação em seminários, palestras, e cursos de capacitação em geral.

Conselho Nacional de Justiça confirma vaga no TJCE para o Ministério Público

A vaga aberta no Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) com a posse de Raul Araújo Filho como ministro do Superior Tribunal de Justiça é do Ministério Publico (MP). A decisão foi tomada no dia 4 de agosto deste ano pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A classificação do cargo, destinado ao quinto constitucional, foi estabelecida pela Portaria nº 772/2010.

Depois da publicação dessa portaria, a Ordem dos Advogados do Brasil – seção Ceará (OAB/CE), questionou junto ao CNJ que um membro do MP não poderia ocupar vaga que era da advocacia, já que Raul Araújo ocupava assento no TJCE pela OAB.

O CNJ "julgou improcedente o pedido com revogação de liminar". O relator do processo, conselheiro Felipe Locke Cavalcanti, avaliou que o argumento da OAB "não resiste à análise mais acurada. É que não há vaga 'reservada', tal preceito, se existente, acabaria por obstar a própria regra da alternância nos casos de composição ímpar e também da paridade".

VARAS DE FAMÍLIA

Mutirão objetiva converter ações de separação em divórcio

De 13 a 17 de setembro próximo, mutirão organizado pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento Processual vai permitir que as 1.780 ações de separação judicial que tramitam nas 18 Varas de Família da Comarca de Fortaleza sejam convertidas em ações de divórcio ou, caso as partes queiram, sejam extintas.

O objetivo é adaptar as unidades à nova realidade trazida pela Emenda Constitucional nº 66, promulgada em 13 de julho deste ano, que suprime o requisito da prévia separação para a concessão do divórcio. "Antes era necessário haver a separação judicial por mais de um ano ou comprovada separação de fato por dois anos. A emenda vem para tornar efetiva a vontade das partes, independente do tempo. Havendo a vontade, é imediato", explica o juiz Francisco Bezerra Cavalcante, titular da 2ª Vara de Família e coordenador do Grupo.

O magistrado afirma que, durante as audiências, as partes serão orientadas sobre a mudança. Se optarem pela conversão, o divórcio será homologado de imediato. Caso contrário, o processo será extinto. "Todos os processos desse tipo foram previamente identificados, separados e as partes já foram intimadas para a audiência. Acreditamos no êxito de mais esse mutirão, que vem para trazer alento ao Judiciário".

Para o juiz José Krentel Ferreira Filho, coordenador das Varas de Família e titular da 15ª Vara, a emenda vai beneficiar tanto as partes quanto as unidades judiciárias, que terão uma redução significativa no acervo processual. "A emenda facilita a vida das pessoas, que não precisam mais entrar com dois processos para pôr fim ao casamento e, paralelamente, haverá uma diminuição no número de processos nas Varas de Família", considera.

SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

TJCE realizará concurso para cartórios

O Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE) realizará concurso para o preenchimento de vagas nos cartórios do Estado declarados vagos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A banca examinadora do certame já foi indicada e aguarda o nome dos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil - secção Ceará (OAB/CE) e do Ministério Público.

Depois de escolhida a instituição organizadora, o edital será divulgado. Serão oferecidas 270 vagas para cargos de tabelião, escrivão, entre outros. Poderão participar bacharéis em Direito ou aqueles que comprovem pelo menos dez anos no exercício de funções em serventias extrajudiciais.

A desembargadora Sérgia Maria Mendonça Miranda, presidente da banca examinadora, afirmou que o concurso representa a "oportunidade para que todos os cartórios do Estado fiquem legalmente providos".

A banca, definida no último dia 29 de julho, durante sessão do Pleno do TJCE, é composta, ainda, pelos juízes José Krentel Ferreira Filho, Jacinta Inamar Franco Mota e Hortênsio Augusto Pires Nogueira. Conta também com os oficiais de registro José Anderson Cisne e Gustavo Linhares Beuttenmuller Neto.

BALANÇO

Juizado de Violência Contra a Mulher divulga ações do semestre

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza divulgou as ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2010. Além disso, apresentou o número de casos de agressões e procedimentos realizados.

No período, a unidade recebeu 15.330 processos, tendo sido instaurados 3.178 inquéritos policiais. O número de audiências realizadas chegou a 10.196, sendo em média 540 por mês. Foram decretadas 1.292 prisões em flagrante e 6.871 processos sentenciados.

O Juizado da Mulher firmou 27 parcerias com redes sociais e realizou 7.099 encaminhamentos de vítimas, agressores e familiares. Durante o encontro, ocorrido no último dia 9 de agosto, a juíza Rosa Mendonça, titular da unidade, destacou a criação de juizados especializados no País e a adoção da Lei Maria da Penha como medidas importantes no combate à violência contra a mulher. "A lei imprimiu maior visibilidade aos crimes de violência e provocou mudanças no comportamento do homem", afirmou.

Mais de 15 mil processos foram recebidos pelo Juizado no 1º semestre deste ano

O desembargador Lincoln Araújo se comprometeu a somar esforços com a administração do TJCE

POSSE

Desembargador Lincoln Araújo assume Esmec

O desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva assumiu, no dia 23 de julho deste ano, a direção da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Esmec). A indicação foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), desembargador Ernani Barreira Porto.

O desembargador assumiu o compromisso de somar esforços com a administração do TJCE, com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), com a rede de Escolas do Governo do Estado, e com universidades e instituições de pesquisas, "a fim de proporcionar as melhores condições possíveis para a implantação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), consubstanciando a atuação da Escola na oferta de cursos com qualidade aos interessados de todas as comarcas do interior".

Lincoln Araújo quer aprofundar estudos acerca da conveniência de recriação, através de lei estadual, do Fundo Especial da Escola Superior da Magistratura do Ceará (Fesmec), com estrutura administrativa e financeira própria, para "garantir que o ensino de qualidade da Esmec continue sendo ofertado para os juízes e servidores".

O novo diretor da Esmec substitui o desembargador Raimundo Eymard Ribeiro de Amoreira, à frente da Escola nos últimos dois anos, que se aposentou compulsoriamente.

O desembargador

Francisco Lincoln Araújo e Silva, que integra a 4ª Câmara Cível, graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1970. Três anos depois, foi nomeado promotor de Justiça de Jucás, passando, posteriormente, pelas Comarcas de Orós, Várzea Alegre e Iguatu.

Em 1983, foi promovido, por merecimento, para a Comarca de Fortaleza, exercendo atividades junto à 9ª Vara Criminal. Em 1995, assumiu o cargo de procurador de Justiça e, entre 2001 e 2004, desempenhou a função de coordenador da Procuradoria de Justiça dos Crimes Contra a Administração Pública (Procap).

No dia 26 de outubro de 2006, tomou posse como desembargador do TJCE, representando o Ministério Público na composição do quinto constitucional.

Tribunal Pleno

Des. Ernani Barreira Porto - Presidente
Des. José Arísio Lopes da Costa - Vice-Presidente
Des. João Byron de Figueirêdo Frota - Corregedor Geral da Justiça
Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque*
Des. Fernando Luiz Ximenes Rocha
Des. Rômulo Moreira de Deus
Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Des. Ademar Mendes Bezerra
Desa. Edite Bringel Olinda Alencar
Desa. Maria Iracema Martins do Vale
Des. José Mário Dos Martins Coelho
Des. Antônio Abelardo Benevides Moraes
Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes
Des. Lincoln Tavares Dantas
Des. Celso Albuquerque Macêdo
Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva
Des. Francisco Sales Neto
Desa. Maria Estela Aragão Brilhante
Des. Francisco Gurgel Holanda
Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Des. Haroldo Correia de Oliveira Máximo
Des. Francisco Pedrosa Teixeira
Desa.Vera Lúcia Correia Lima
Des. Francisco Barbosa Filho
Des. Francisco Suenon Bastos Mota
Des. Clécio Aguiar de Magalhães
Des. Francisco Auricélio Pontes
Des. Paulo Camelo Timbó
Des. Emanuel Leite Albuquerque
Desa. Sérgia Maria Mendonça Miranda
Des. Jucid Peixoto do Amaral
Des. Manoel Cefas Fonteles Tomaz

* Assumiu temporariamente o cargo de ministro do STJ. Em seu lugar, está respondendo o juiz convocado Inácio de Alencar Cortez Neto.

Francisco José Martins Câmara - **Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua**

Alexandre Sampaio Guizardi - **Secretário Geral**
Daniel Coelho Fernandes de Carvalho - **Secretário de Administração**
Francisco José Porto Montenegro - **Secretário de Tecnologia da Informação**
Kátia Cilene Teixeira - **Secretária Judiciária**
Luís Eduardo Fontenelle Barros - **Secretário de Finanças**
Ramiro Barroso - **Secretário de Recursos Humanos e Gestão do Fermoju**
Hortênsio Augusto Pires Nogueira - **Juiz-Auxiliar da Presidência**
Roberto Nogueira Feijó - **Juiz-Auxiliar da Presidência**
Francisco Gladstone de Brito Almeida - **Auditor-chefe de Controle Interno**
Luiz Ethevaldo de Albuquerque Guimarães - **Assessor de Planejamento**
Veleda Maria Vieira Bastos - **Consultora Jurídica**
Dalva Regina Luna Queiroz - **Chefe da Assessoria de Comunicação**
Alessandra Bezerra Aragão - **Assessora de Cerimonial**
Augusto Nirlando Monteiro Vieira Major PM - **Assistente Militar**

Expediente

Editores: Regina Luna e Francisco José Rosa
Textos: Luciberto Forte, Crisley Cavalcante, Diego Silveira, Ana Carolina Palhano, Inácio Aguiar, Carolina do Vale e Camille Soares
Projeto gráfico e diagramação: Eduardo Torres e Nadson Fernandes
Fotos: Irailton Menezes

Assessoria de Comunicação do Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Tel.: (85) 3207.7056/7060 Fax: (85) 3207.7058
E-mail: imprensa@tjce.jus.br
Av. Gal. Afonso Lima S/N - Centro Administrativo Cambeba - Fortaleza-CE
CEP: 60.830-120

Impresso no Parque Gráfico do Tribunal de Justiça